

DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO

GABRIEL DA SILVA TEIXEIRA

RESUMO *Este artigo visa traçar alguns apontamentos sobre os principais sujeitos no agronegócio sucroalcooleiro atual e seus respectivos projetos políticos para o trabalho na atividade. O Compromisso Nacional da Cana de Açúcar - espaço tripartite criado em 2008, voltado para a resolução dos conflitos trabalhistas – possibilitou o acompanhamento das disputas presentes no setor. Ainda que proposto para ser “democrático”, o interior desse espaço permite atentar para a existência e manutenção de embates, assimetrias políticas e conflitos envolvendo trabalhadores, patrões e o Estado. Discuto os deslocamentos dos atores na rede de poder, a permanência de conflitos na atividade e os desafios políticos de hoje para a mobilização dos setores populares rurais.*

PALAVRAS - CHAVE *Cana-de-açúcar, sindicalismo, política e democracia.*

ABSTRACT *This article aims to outline some notes about the main subjects in the current sugarcane agribusiness and their political projects to work in the activity. The National Commitment Sugarcane - tripartite space created in 2008 - enabled the monitoring of disputes through the industry. Although proposed to be “democratic”, the interior of this space gives visibility to the existence and maintenance of clashes, political asymmetries and conflicts involving workers, employers and the State. I discuss the displacement position of the actors in the power network, the challenges that remain in the activity and political challenges for mobilization of popular rural sectors.*

KEY WORDS *Sugar cane, unionism, politics and democracy.*

INTRODUÇÃO

O agronegócio sucroenergético brasileiro oferece um ambiente bastante rico para se refletir sobre o exercício das políticas participativas e, conseqüentemente, sobre as correlações de força, atores e projetos políticos em disputa no campo brasileiro. Em 2008, empresários do setor, governo e representantes dos trabalhadores canavieiros se reuniram num espaço tripartite buscando solucionar os frequentes conflitos trabalhistas na atividade. Ao espaço tripartite de resolução desses conflitos, inaugurado somente em 2009, cuja vigência se deu até 2012, foi dado o nome de *Compromisso Nacional da Cana de Açúcar*, resultado de debates e negociações entre trabalhadores, patrões e governo federal. Seu conteúdo, como procuro mostrar ao longo do trabalho, diz respeito a práticas mais adequadas de trabalho (como o oferecimento de equipamentos de proteção aos trabalhadores, transporte seguro até o local de trabalho, pausas periódicas para descanso, oferecimento de água e banheiros durante o horário de atividades laborais, etc.) e ao direito de organização sindical dos trabalhadores.

A rotina de um cortador de cana é penosa e seus direitos, geralmente, negligenciados. Seu trabalho consiste em passar pelo menos 8 horas diárias curvado, cortando cana sob um sol tórrido, durante um período que varia de 8 a 10 meses por ano. Após a jornada, os trabalhadores – geralmente nordestinos e mineiros do Vale do Jequitinhonha – empregam sua remuneração em seus próprios lotes nos locais de origem, e grande parte retorna para fazer a safra da cana, novamente, no próximo ano. São milhares e milhares de migrantes todos os anos que se queixam de maus tratos, não pagamentos, etc. O setor sucroalcooleiro tem, historicamente, forte relação com a precarização das condições de trabalho, o não cumprimento dos direitos trabalhistas e com fraudes na pesagem da cana cortada e na remuneração dos trabalhadores rurais. A via costumeira de resolução de tais conflitos é, ainda hoje, a Justiça do Trabalho.

Nela os trabalhadores esperam meses e até anos para serem atendidas suas reivindicações.

O esforço de dar visibilidade a tais condições de trabalho, graças à atuação de ONGs, movimentos sociais, sindicais e pastorais rurais,¹ foi feliz e, gradualmente, a questão do trabalho na cana-de-açúcar foi tornando-se sabidamente um ponto carente de resolução pelos órgãos públicos. Nesse sentido, a demanda por resolução das questões trabalhistas no setor sucroalcooleiro tem forte orientação social e crítica: o Compromisso Nacional guarda, portanto, certo tom de resposta à pressão social que se fazia acerca das péssimas condições de trabalho no corte da cana.²

O pacto tripartite se desenvolveu, também, num contexto de grande euforia do mercado internacional de etanol: os apelos pela diminuição dos impactos derivados do uso dos combustíveis fósseis, acordos como o protocolo de Kyoto e suas metas de redução do lançamento de CO₂ na atmosfera, além da possibilidade do etanol se elevar à categoria de commodity mundial deixaram eufóricos tanto investidores internacionais, produtores de etanol e países como o Brasil, dotados de um parque produtivo sucroalcooleiro significativo. À já significativa expansão dos carros *flex*, somar-se-ia a entrada do Brasil no mercado internacional como um dos grandes supridores da demanda mundial de etanol. O pacto em questão, portanto deve ser analisado a partir da dialética desses dois fatores: a pressão social acerca das condições precárias de trabalho e o esforço patronal e governamental para que o Brasil compusesse uma das principais potências mundiais de produção de biocombustíveis, dentre eles o etanol. Outra motivação especificamente brasileira, que ajudou na composição do pacto tripartite da cana, diz respeito às políticas de alianças do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), fortemente sustentado por setores oriundos do agronegócio (e da construção civil,³ por exemplo).

Dentre os principais pontos acordados no Compromisso Nacional estão: 1) práticas formalizadas e sem mediadores na contratação de trabalhadores; 2) assistência à saúde do

1 Dentre as ONGs, vemos atuação da Repórter Brasil e Justiça Global; dentre os movimentos sociais temos a Comissão Pastoral da Terra e o Grupo de Pesquisas sobre Trabalho Escravo (GPTEC), sendo este último também um grupo de pesquisa; além dos diversos →

2 Para termos dimensão da crítica social que se fazia à natureza dos conflitos trabalhistas no setor, um dos principais importadores do etanol brasileiro, a União Europeia, motivada pelas críticas elaboradas e difundidas internacionalmente pelos movimentos sindicais e sociais brasileiros, passou a cobrar algum tipo de certificação da produção nacional que garantisse a “sustentabilidade” do produto, sob pena de embarcar a compra. Disponível em: <www.cptcursospresenciais.com.br/noticias/agricultura/agroenergia/brasil-propora-selo-para-o-etanol>. Acesso em: novembro de 2012.

3 Nos últimos anos, o setor da construção civil foi alvo de fortes investimentos estatais (assim como o setor sucroalcooleiro), devido a grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, além de diversos programas federais de moradia e infraestrutura. A construção civil também conheceu um arranjo tripartite muito similar ao Compromisso Nacional da Cana; seu nome foi Compromisso Nacional da Construção Civil. Ainda que fuja aos objetivos abordar o arranjo de outro setor que não o sucroalcooleiro, seria proveitoso buscar nesse outro caso convergências e similaridades que expressem as especificidades dessa forma “petista” de resolver problemas trabalhistas.

→ 1 membro da Secretaria de Inspeção do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, bem como setores do Ministério Público do Trabalho. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) também se envolveu com os conflitos trabalhistas, promovendo programas de desenvolvimento regional em localidades afetadas pelos conflitos. O Conselho Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) também teve forte influência na ampliação da temática. Por parte da representação sindical, percebe-se, em maior ou menor grau, a organização de greves pela Feraesp pela Fetaesp, esta última vinculada à Confederação de Trabalhadores da Agricultura (Contag).

4 KPMG, Deloitte Touche, Ernst e Young e Uhy Moreira Auditoria. As quatro empresas foram licitadas a partir de um anúncio público lançado pela Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR).

5 A este respeito, por exemplo, ver Maurício Reimberg. Governo prepara protocolo; Alimentação é cara, dizem os usineiros. *Repórter Brasil*, São Paulo, 02 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1589>>. Acesso em: ago. 2012.

trabalhador (oferecimento de equipamentos de proteção, pausas periódicas na atividade de corte manual, ambientes higienizados para necessidades fisiológicas durante a jornada, a segurança no traslado dos trabalhadores e acompanhamento médico periódico); 3) recolhimento do FGTS e previdência social, além da contratação direta via Ministério do Trabalho; 4) e também a permissão da atuação sindical dentro das empresas, desde que comunicadas antecipadamente. Ao todo foram necessárias 18 reuniões para o encaminhamento dos acordos (LAMBERTUCCI, 2010). A fiscalização dos pontos acordados se daria através de empresas terceiras especializadas em auditoria.⁴ Como desdobramento das negociações e disputas, o Compromisso Nacional acabou tendo um caráter não vinculativo, ou seja, nenhuma empresa seria obrigada a cumpri-lo, mas sua adesão implicaria na concessão de um selo, pelo governo federal, que atestaria as “boas práticas” das empresas participantes.

Nas discussões que deram origem ao Compromisso Nacional estiveram presentes, representando os trabalhadores canavieiros, a Federação de Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); do lado patronal, a União das Indústrias da Cana de Açúcar (ÚNICA) e o Fórum Nacional Sucroalcooleiro (FNS). O governo federal se envolveu a partir de distintos ministérios. O Compromisso Nacional foi conduzido politicamente pela Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), criada pelo governo Lula, sob responsabilidade de antigos dirigentes sindicais cutistas. O processo de negociação como um todo não ocorreu sem embates e polêmicas, como tentaremos mostrar ao longo do trabalho. O Compromisso Nacional foi questionado publicamente como uma manobra de “cooptação” dos trabalhadores por parte do executivo e empresários e/ou de “peleguice” das representações sindicais.⁵ Fiz o esforço, no entanto, de situar tais análises dentro do próprio campo político de disputas sobre a discussão. Vista mais de perto, a arena permitiu que se identificassem embates e conflitos políticos

que – acredito – nos auxiliam a compreender os diferentes projetos políticos que gravitam ao redor do setor sucroalcooleiro na atualidade.

PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL E O COMPROMISSO NACIONAL DA CANA DE AÇÚCAR

Diversos esforços têm sido empreendidos na tentativa de entender os espaços de participação institucional como espaços de disputa, ainda que limitados por diversos fatores. Fugindo de análises simplificadoras, que atribuam necessariamente à participação social a insígnia da “democratização” (ou mesmo seu contrário, a “peleguice”) sem problematizá-la, nosso esforço reside justamente em perceber tais arenas como fontes e expressões de conflitos, de forma a qualificar o processo de participação iniciado, por exemplo, com o pacto tripartite da cana. Diferentemente de registros celebratórios e otimistas, que salientavam o aspecto democratizante da participação social nas instâncias estatais – registro mais adequado à abertura democrática dos anos 1980, segundo Dagnino e Tatagiba, (2010) – a literatura recente sobre participação social nos leva a enfatizar a qualidade do processo participativo. A recusa a registros celebratórios reside na constatação de que enquanto expressão e continuidade de disputas sociais, os espaços participativos, antes de garantirem, necessariamente, maior democratização nas deliberações, trazem para dentro de si as assimetrias e os diversos conflitos existentes na sociedade. O desafio presente na análise de casos como o Compromisso Nacional reside em apreender os sentidos atribuídos à participação por cada participante e perseguir as controvérsias, as pautas polêmicas, as regras imobilizadoras, os não participantes, identificando eventuais limites na capacidade de influência de setores sociais subalternos em contextos de políticas participativas. Tratar da institucionalização de temáticas e/ou grupos sociais específicos unicamente através de noções como “cooptação/peleguice”, como se pressupusessem relações

de um só tipo, diante de uma diversidade de atores e estratégias de enfrentamento político (DAGNINO e TATAGIBA, 2010), desconsidera a própria disputa entre os setores participantes na definição da agenda a ser resolvida e das vias de tal resolução. Evelina Dagnino e Luciana Tatagiba (2010) questionam a manutenção de conceitos e referenciais utilizados em outros momentos históricos para se pensar a disputa política na atualidade. Para as autoras, a institucionalização de movimentos sociais pode representar não só uma etapa importante da luta política – através da capacidade de interferir em políticas públicas que considerem os desejos e reivindicações de seus membros – como tem se tornado, na atualidade, um importante recurso de vários movimentos sociais na busca pelo atendimento de suas reivindicações.

Ao desconsiderar a possibilidade da participação social significar avanço na capacidade de pressão e mobilização de grupos sociais subalternos, como os canavieiros, as interpretações mais simplistas comumente esgotam a complexidade de casos concretos de institucionalização e disputas em arenas participativas. Entender tais processos numa perspectiva mais relacional, portanto, permitiria visualizar a participação institucional também como disputa, ampliando óticas como as da “cooptação”, contribuindo inclusive para a reorientação de questões de análise, que ajudem a perscrutar elementos mais significativos para entender as disputas e os conflitos políticos inerentes às arenas participativas. Ao mostrar que os Estados modernos são mais complexos que as formações nacionais pré-modernas e que a diversidade de formas de experimentação da vida propiciada pela complexidade das sociedades atuais desloca a luta política para uma luta pela “direção intelectual e moral”, Gramsci (1976) ressalta o papel da “luta por posição”. Para o autor, separar a sociedade civil (inclusive os segmentos conservadores), da sociedade política (inclusive os segmentos progressistas)

retira da análise a complexidade inerente à disputa política nas sociedades modernas.

As perspectivas simplificadoras da participação social acabam por não considerar a diversidade de “vinculações, articulações e trânsitos entre ambas as esferas de atividade (sociedade política e soc. Civil), onde a disputa entre distintos projetos políticos estrutura e dá sentido a luta política” (DAGNINO, OLVERA E PANFICHI, 2006). Para os autores, em análises simplificadoras, perdemos de vista a possibilidade de a participação social ser um avanço político de setores sociais antes alijados dos espaços de decisão, até então exclusivos a certos grupos sociais. Caberia determinar, no caso aqui analisado, em que medida a política participativa implica em avanço efetivo da participação de segmentos até então alijados dos espaços decisórios, ou se simplesmente reafirma – sob nova roupagem – grupos e processos sociais conservadores (OFFE, 1989); se o pacto representa a imposição de demandas dos trabalhadores e/ou, em que medida, guardou em si os impulsos conservadores de outros atores porventura participantes. É bom deixar claro que é sempre mais provável que percebamos as duas posições nos espaços participativos, imbricadas de forma complexa, de acordo com a disputa e com os grupos sociais que se enfrentam.

ATORES E PROJETOS POLÍTICOS PARA O TRABALHO NA CANA-DE-AÇÚCAR

A própria história do sindicalismo rural paulista nos possibilita questionar interpretações que tendem a enxergar na institucionalização algo necessariamente perverso. Não fosse assim, estranharíamos a constatação de que diversas lideranças sindicais canavieiras ocuparam e continuam ocupando cargos como os de prefeitos e vereadores em alguns municípios do interior de São Paulo (TEIXEIRA, 2013; e ALY Jr., 2013). Tal fato nos mostra que o Estado, antes de ser uma entidade homogênea, é uma arena aberta e permeável aos diversos impulsos sociais,

6 Como representante patronal no pacto, temos a participação do Ministério da Agricultura. Diversos políticos vinculados à pasta apresentavam investimentos sucroalcooleiros no período. Expressivo foi o caso do Ministro da Agricultura em 2003, Roberto Rodrigues, um expoente produtor rural, dono de empresa de consultoria agrícola, fornecedor de cana-de-açúcar e sócio de algumas usinas no país.

7 Os principais nomes envolvidos na articulação do Compromisso Nacional, desde 2008, foram sempre antigas lideranças sindicais urbanas, em especial metalúrgicas.

expressando as correlações de força entre os diversos grupos e seus respectivos projetos políticos (GRAMSCI, 1976). Nesse registro mais relacional, caberia atentar para as mobilizações dos diferentes grupos que movimentaram o cenário dos canaviais brasileiros, desde os mais conservadores, até os mais engajados na ampliação da participação social. Diversas organizações contribuíram para a construção desse espaço, de diversas formas e com distintas propostas. Por parte do governo é preciso considerar os diferentes grupos que o compõem. De um lado, ele se fez presente, principalmente, pelos segmentos patronais⁶ e, de outro, por segmentos sindicais cutistas, como no caso da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), que articulou e conduziu o Compromisso Nacional⁷ disposta a cumprir uma agenda fortemente referenciada na noção de “desenvolvimento com equidade” (CUT, 2000). Nessa concepção, o desenvolvimento a ser perseguido pelo governo federal implicaria na conciliação da expansão da atividade canavieira com a resolução dos conflitos trabalhistas ora notados. Na prática, tal fato se traduziu num amplo fomento à expansão sucroalcooleira (Tabela 1) e no condicionamento de tal expansão à resolução dos diversos conflitos que despontavam nos canaviais brasileiros.

Tabela 1 – Desembolsos do BNDES por atividade para o setor sucroalcooleiro no período 2004 – 2010* (em R\$ milhões)

Atividade Produtiva	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cana-de-Açúcar	193	224	366	571	686	688	953
Industrial (Açúcar e Etanol)	333	617	1.344	2.893	3.942	4.184	5.139
Cogeração	77	256	264	127	1.872	1.522	1.483
Total	603	1.097	1.974	3.591	6.500	6.394	7.575

Fonte: BNDES

* Inclui todas as linhas de crédito do banco (operações diretas e indiretas, automáticas e não-automáticas).

Uma das consequências mais notáveis do montante de recursos públicos injetados no setor sucroalcooleiro foi a intensa

estrangeirização do parque produtivo nacional, através da compra de indústrias, fusões e aquisições por grupos estrangeiros. Petroleiras, fundos de investimentos, e toda a sorte de especuladores viam o *boom* do etanol como uma boa possibilidade de investimentos (TEIXEIRA, 2013). Tendo representantes dos setores do agronegócio como base política, o governo federal via na injeção de recursos na expansão do setor sucroalcooleiro a oportunidade de impor o cumprimento das normas trabalhistas.

Arthur Henrique, então presidente da Centra Única dos Trabalhadores (CUT), descreve os sentidos do Compromisso Nacional, para a entidade:

Numa das reuniões do CDES,⁸ o presidente Lula falava sobre **a importância do etanol brasileiro diante das mudanças climáticas e da necessidade de utilizar um combustível que emitisse menos gases de efeito estufa**. Foi seguido pelos empresários do setor, que defendiam que a utilização da cana-de-açúcar, diferentemente do etanol de milho produzido nos Estados Unidos, não competia com a produção de alimentos. O então presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, também conselheiro do CDES [...] reclamava que na disputa internacional pelo mercado de venda de etanol, ele não conseguia compreender **por que as entidades do movimento social e sindical faziam propaganda contra o produto brasileiro [...]**. Expliquei a ele as razões do nosso posicionamento: a primeira, a produção brasileira **continuava sendo feito com base no trabalho escravo, nos acidentes e mortes por estafa durante o corte de cana; e a segunda, que o avanço da cana-de-açúcar para etanol estava sendo feito em terras que antes eram utilizadas para produção de alimentos**. Portanto não se tratava de fazer propaganda contra, mas sim uma constatação da realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do setor (HENRIQUE, 2013, p. 317, grifos meus).

8 Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Arena que aglutinava diversos segmentos da sociedade civil (patrões, trabalhadores, grupos empresariais, estudiosos, etc.) como esfera consultiva às decisões governamentais.

Vemos a importância do etanol nas plataformas política e econômica do governo federal. Vemos também que para a CUT, a elaboração do Compromisso Nacional figurava como

a oportunidade de resolver conflitos e melhorar as condições de trabalho na atividade sucroalcooleira. A própria condução institucional do pacto, a cargo da SGPR, que tinha à frente antigos quadros sindicais metalúrgicos, demonstra a disposição dessa ala do governo em levar ao debate um determinado projeto de desenvolvimento do setor sucroalcooleiro. A CUT, o governo federal e o patronato estavam alinhados, apostando na conciliação de interesses como forma de resolver os casos de descumprimento da legislação trabalhista e de expansão do setor sucroalcooleiro. Um ponto que chamou atenção ao longo da análise do Compromisso Nacional é o caráter “não conflitivo” e “cooperativo” dessa nova esfera participativa, segundo alguns dos membros da Presidência da República:

Lula, que se auto definiu como “garoto propaganda” do etanol no mundo, disse que décadas atrás, os trabalhadores e os donos das usinas eram “inimigos de classe, sem sequer se conhecer. Segundo ele, nos últimos anos, começou a haver uma aproximação entre sindicalistas, o PT e os usineiros e deu como exemplo o mandato do atual deputado Antonio Palocci como prefeito de Ribeirão Preto (SP), que ajudou nesse diálogo (*O Globo*, 26 jun. 2009).

Para Lula, [o Compromisso] é um grande avanço. “Há quarenta anos, isso seria impensável, pois os trabalhadores e empresários não se viam como atores da relação capital e trabalho, mas como inimigos” (*Valor Econômico*, 16 jun. 2009).

Importantes decisões, que sustentariam a construção do Compromisso Nacional, saíram do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em 2007, antes mesmo da proposição do pacto tripartite, em 2008, pelo governo federal. Institucionalizadas sob a forma de um grupo de trabalho (GT) dentro do CDES um ano antes, as discussões sobre os conflitos canavieiros (que culminariam no Compromisso Nacional) foram desenvolvidas apenas com a participação do então presidente da

CUT, Artur Henrique, e com o empresariado representado pela ÚNICA. As discussões dentro do GT, que acabaram por definir grande parte dos pontos a serem debatidos, resultados esperados e as principais vias de resolução, não consideraram a participação da Feraesp, da Contag, nem do FNS. Nos documentos oficiais analisados, ao GT e aos seus subgrupos era atribuída a tarefa de

[...] 1) propor recomendações para viabilização dos investimentos públicos e privados na cadeia de produção; 2) **levantar e analisar problemas em todas as etapas da produção** e impactos em relação ao meio ambiente, **relações de trabalho**, áreas de plantio; 3) avaliar a necessidade de regulação governamental no setor, [...] e 4) analisar e propor medidas para o fortalecimento do papel das cooperativas, do cooperativismo e da agricultura familiar na produção de bioenergia (SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2007, grifos meus).

Noutro documento, já em 2008, após um ano de debate, apontam-se as sugestões elaboradas por tal GT à Presidência da República:

Subgrupo Relações de Trabalho: As discussões do GT convergiram para dois aspectos: 1) **aperfeiçoar e humanizar as atuais relações de trabalho e mitigar os efeitos da mecanização**; e 2) adoção de tecnologias alternativas que preservem os níveis de eficiência produtiva, sem causar desemprego massivo e danos ambientais.

Subgrupo Certificação ou Boas Práticas: **Os processos de certificação socioambiental** são uma tendência mundial em muitos setores e servem para melhorar a imagem dos produtos, facilitar a decisão de compra para clientes e consumidores e evitar barreiras ao comércio internacional. O ponto de partida para a discussão de **um sistema de certificação** deve, obrigatoriamente, abranger os três pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico. [...] (SECRETARIA ESPECIAL DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2008, grifos meus).

O projeto governamental de “desenvolvimento com equidade” enfatizava o caráter de cooperação, além de condicionar a expansão do setor sucroalcooleiro à humanização das relações de trabalho, sendo que tal “humanização” deveria ser aferida e atestada via certificação das agroindústrias nacionais. Convergiam para essa proposta tanto o patronato, a CUT e o governo federal. Tal momento pode ser interpretado como um enquadramento do governo frente ao patronato, para que este último contornasse as práticas trabalhistas precárias então vigentes. A deliberação de tais pontos, no entanto, esteve restrita às lideranças cutistas e à UNICA. As próprias organizações sindicais ficaram de fora desse espaço, passando a compor, posteriormente, o acordotripartite, num momento em que a agenda do Compromisso Nacional já se mostrava previamente definida.

Como já salientei em parágrafos anteriores, movimentos sociais, sindicais e pastorais contribuíram na denúncia e na visibilidade dos conflitos no interior dos canaviais brasileiros. Diferentemente das concepções patronais, governamentais e cutistas de “desenvolvimento com equidade”, tais segmentos partilhavam da convicção de que à expansão da matriz sucroenergética brasileira devia-se sobrepor a preocupação em relação à manutenção (se não ampliação, expansão, em termos equivalentes) dos conflitos sociais em geral e trabalhistas em específico. A constituição do Compromisso Nacional alijou do debate e da deliberação um conjunto significativo dos grupos sociais diretamente envolvidos e impactados pelas decisões que seriam ali tomadas.

Discutindo a representação política, Luís Felipe Miguel chama de “realismo” o reconhecimento de que o embate político não se resolve em termos de justiça, mas em termos de poder (MIGUEL, 2010, p.27). O autor entende que o poder é um recurso fundamental que possibilita a garantia da realização de qualquer objetivo político. Para o exercício do poder em uma arena institucional, um dos requisitos mínimos é o de estar representado no processo de deliberação. E na definição da agenda a ser

debatida/implementada no caso dos conflitos canavieiros, é de significativa importância a restrição à participação aos segmentos sindicais dos trabalhadores rurais. Em entrevista, durante o trabalho de pesquisa, alguns assessores próximos às organizações de trabalhadores canavieiros afirmaram que uma das entidades sabia que “a pauta tinha sido negociada anteriormente”, apontando tal fato como uma limitação da disputa institucional. A determinação da agenda política do pacto nacional restrita a certos atores e o comprometimento da CUT com a plataforma político econômica do governo parecem ser elementos significativos que qualificam a participação social, conforme materializado no pacto tripartite.

O GT do CDES definiu não só os pontos de pauta e os participantes, como também retirou destes últimos a possibilidade de opinar em pontos fundamentais ao enfrentamento dos conflitos canavieiros. A definição dos critérios para a compra pública de etanol foi nula, por exemplo, como nos afirma Élio Neves, dirigente da Feraesp, Federação paulista dos assalariados rurais:

Nós estamos, a partir daquela mesa, [tentando] dialogar com a Petrobras, com o BNDES, com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil. Porque é assim. Essas instituições estatais na verdade são as grandes transmissoras de recursos públicos para o setor privado [...]. Na última reunião [do Compromisso Nacional] eu virei pro Ministro e disse o seguinte: “ministro, eu quero saber quando que a Petrobras vem pra mesa?”. Porque a Petrobras é a maior empregadora do setor. “Não, não é”, ele respondeu. Claro que é, quem é que compra mais álcool? Então quero discutir com a Petrobras. Porque se a Petrobras exigir contrapartida social nos seus contratos nós resolvemos um problema (MILANO E PERA, 2009).

O relato é emblemático não só dos embates sobre quais seriam as melhores formas de intervir nos canaviais brasileiros,

mas também das assimetrias do poder de decisão presentes nesses espaços, dentre as quais a definição dos participantes (e dos não-participantes) joga um importante papel. Diversas pautas levadas pela Feraesp e pela Contag, por exemplo, também não foram consideradas, seja por uma não concordância do patronato, pela falta de coerência com os projetos político e econômico do governo federal ou mesmo pela impossibilidade de sustentá-las politicamente nos embates e negociações.

As organizações de trabalhadores que participaram da construção do Compromisso Nacional apontaram outros dilemas na dinâmica produtiva da cana-de-açúcar que mereceriam atenção durante o pacto tripartite: 1) a intensa terceirização da atividade, geradora de informalidade dos contratos; 2) a falta de segurança no traslado dos trabalhadores; 3) a falta de condições dignas de alimentação e de moradia durante a jornada de trabalho; 4) a fiscalização das contratações através do executivo, etc. As organizações também pressionaram por capacitações para os trabalhadores, diante de um mercado de trabalho pouco favorável, devido à mecanização do corte.

Uma das medidas adotadas pelo Compromisso Nacional foi a criação de programas de capacitação, como o RENOVAÇÃO, com recursos públicos, visando qualificar os trabalhadores para novas ocupações num contexto de corte mecanizado. E aqui cabe destacar singularidades do projeto da FERAESP em relação ao projeto cutista mais geral, conforme visualizado durante a pesquisa: enquanto a visão de formação anunciada pelo governo federal tem como norte a qualificação dos trabalhadores para o exercício de outras funções na dinâmica produtiva nacional, a visão do dirigente da FERAESP comporta outros significados:

É uma qualificação do trabalhador, para o trabalhador, não para o capital [...]. Vamos imaginar, nós vamos formar uma enorme quantidade de tratoristas pra trabalhar pra usina, que vão desempregar outros tratoristas dentro das usinas. Você reproduz o desemprego.[...] Porque o sindicalismo de-

veria estar usando sua energia pra **qualificar trabalhadores para a cidadania**, não para ser subordinado. [...] Só que **para o trabalhador ser sujeito**, ele precisa ser classe [...]. O Estado está organizado, **se a massa trabalhadora não tiver organizada, se ela não tiver consciência, cidadania, ela não chega a condição de sujeito**. Ela não promove equilíbrio, ela não promove transformação. O esforço, não me pergunte se vai estar certo ou não, o que me mantém no sindicalismo é isso: é a possibilidade de construir essa capacidade do trabalhador ser sujeito. (MILANO E PERA, 2009:7, grifos meus).

Enquanto para a CUT, a extinção gradativa dos postos de trabalho pela mecanização justificaria o esforço da capacitação dos trabalhadores para outras funções e postos de trabalhos (CUT, 2000), para a Feraesp a capacitação tem como norte a formação para a “cidadania” e desponta, inclusive, como possibilidade da luta pela reforma agrária (MILANO E PERA, 2009:17).⁹

No site da SGPR, observa-se que outros problemas colocados de forma recorrente pelas organizações dos trabalhadores chegaram a ser tratados no âmbito do Compromisso Nacional, tendo sido objetos específicos de atuação da Secretaria, principalmente através da fiscalização para a contratação direta de trabalhadores via Ministério do Trabalho, do oferecimento de transportes seguros e oferecimento de equipamentos de proteção. A SGPR estima em 20 mil, o número de trabalhadores atendidos pelas políticas aprovadas a partir do Compromisso Nacional.¹⁰

Por parte dos empregadores, um dos principais personagens envolvidos na “difusão positiva” da matriz energética nacional foi a UNICA, que se projetava mundialmente, às vezes sob a companhia do Presidente Lula e de um corpo de diplomatas brasileiros (TEIXEIRA, 2013). Antonio Lambertucci (2010), um dos primeiros assessores do Compromisso Nacional, aponta que a UNICA, por diversos momentos, interferiu na determinação de participantes e dos pontos a serem negociados no Compromisso Nacional, ameaçando retirar-se do espaço e implodir o acordo. Para a UNICA, os conflitos trabalhistas consistiam em

9 Élio Neves aponta que a disputa pelos recursos estatais na formação para a cidadania dos trabalhadores se materializou numa escola de formação em Barrinha, no interior de São Paulo, cidade dormitório que hoje conhece elevadíssimos índices de desemprego (MILANO e PERA, 2009). Além da própria escola de formação, entrevistas recentes apontam que a FERA-ESP oferece disciplinas de “cidadania” e “ética” nos cursos de formação ofertados inclusive pelo patronato aos trabalhadores. Não disponho, no entanto, de elementos que me permitam analisar o conteúdo e o sentido dessa formação sindical oferecida pela entidade, mas tal fato parece-me fértil de significados na continuidade das disputas.

10 Trabalhadores atendidos pela contratação direta no período de 2010 a 2011, segundo a SGPR: Minas Gerais (Salinas, Teófilo Otoni, Almenara): aproximadamente 12 mil trabalhadores intermediados; Piauí (Barras, Teresina e Floriano): aproximadamente um mil trabalhadores intermediados; Maranhão (Açailândia, Codó, Bacabal e Pedreiras): aproximadamente 1,5 mil trabalhadores intermediados; Mato Grosso (Nova Olímpia, São José do Rio Claro, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Barra do Bugres e Campo Novo do Parecis): aproximadamente 6 mil trabalhadores intermediados. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/MTE – em 09/08/12.

casos pontuais [...], as exceções são transformadas em regra. Não se dá nenhum crédito aos avanços no setor [...]. Só se procuram as exceções, transformadas em reportagem. [Conflito trabalhista] não é amplo, não é generalizado. Há vários avanços de postura. A UNICA não aceita que se coloquem questões pontuais e isoladas como regras do setor. Elas não são a regra (*Folha de São Paulo*, 27 ago. 2008).

A retórica patronal também esteve carregada da ideia de que o mercado seria o responsável pela supressão dos conflitos, forçando “mudanças graduais e efetivas de cultura e práticas laborais no setor”, através de um acordo de adesão voluntária e não vinculativo, em que as empresas certificadas ganhassem vantagens na venda de seu produto no mercado internacional (TEIXEIRA, 2013). Outro representante da UNICA, quando abordado sobre descumprimento de um termo de ajustamento de conduta junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT),¹¹ respondeu: “Temos o compromisso de acabar com o trabalho manual até 2017. Então, não temos motivo para discutir essas medidas que só funcionarão à curto prazo.” (MADUREIRA, 2008).

Apoiados em marcos regulatórios complementares em relação à legislação sobre o trabalho manual e a mecanização,¹² empresários enfatizavam também a livre negociação entre sindicatos laborais-patronais. José Pastore, intelectual que embasava teoricamente o pensamento da UNICA durante o Compromisso Nacional, defendeu a seguinte tese comentando o pacto tripartite:

Apesar de muito se enaltecerem as virtudes da livre negociação, entre nós ela é mais combatida do que apoiada. Na sua maioria, os sindicatos [...] evoluíram na arte de negociar. Nas mesas de negociação, o que era um teatro passou a ser um exercício de defesa de posições com base em dados e argu-

11 O termo de ajustamento de conduta (TAC) em questão dizia respeito a interrupção da jornada de trabalho dos cortadores manuais quando a temperatura externa atingisse mais que 35°C. A usina em questão foi autuada por diversas vezes, flagrada descumprindo o TAC assinado.

12 Em 1997, por pressão de diferentes atores da sociedade civil, o Governo do Estado de São Paulo lança a Lei 10.547 que disciplina o uso de queimadas e estabelece prazos para erradicação do corte manual na cultura canavieira em todo o Estado.

mentos. Concluída a negociação, as partes não sabem se o que foi acertado hoje valerá amanhã. Isso porque os **poderes públicos** interferem sem cerimônia no resultado dela. **Procuradores, auditores fiscais e juizes**, com honrosas exceções, acham que sabem mais do que as próprias partes. Esta deveria ser a hora de as autoridades se irmanarem na cruzada de tudo fazer para **aperfeiçoar as condições de trabalho** na difícil cultura da cana-de-açúcar, homenageando, assim, um esforço pioneiro de **autocontrole das partes**. (PASTORE, 2012, grifos meus).

O “aperfeiçoamento” das condições de trabalho, no pensamento patronal, aparece como equivalente à livre negociação entre os sindicatos de empregadores e de empregados rurais, visando reduzir a influência daqueles que “acham que sabem mais do que as próprias partes” e da própria legislação vigente. Durante toda a elaboração do Compromisso Nacional, as representações patronais foram contrárias às normas de caráter vinculativo e obrigatório. Acabaram pressionando para que o pacto resultasse num protocolo de adesão facultativa, não vinculativo e não punitivo. O grande peso político do patronato dentro do Compromisso Nacional pode estar relacionado à nova organização política do setor sucroalcooleiro na atualidade. Novos investidores como fundos de pensão e de investimento, multinacionais e gigantes do mercado financeiro parecem desenvolver novos arranjos de pressão política, de forma a garantir a lucratividade de seus investimentos em terras brasileiras. As principais empresas sucroalcooleiras passaram a recrutar influentes quadros da política brasileira para cargos de gerência nacional, principalmente aqueles que tenham atuado dentro de órgãos vinculados com a normatização e logística da produção sucroalcooleira, como a Petrobrás, o BNDES, ou mesmo em postos estratégicos dentro de alguns ministérios e bancos nacionais. Tais características podem ter contribuído na definição dos rumos do Compromisso Nacional

Quadro 1. Exemplos de algumas personalidades políticas contratadas pelas empresas sucroenergéticas nacionais nos anos recentes.

Nomes/Grupo	Curso de Graduação/Insti; Pós/Inst.	Atuação na esfera governamental	Experiência em Finanças	Trajetória profissional em outras áreas
Arminio Fraga Neto/Cosan	Ph.D em Economia pela Universidade de Princeton e B.A. e M.A. em Economia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro	Ex-presidente do Banco Central do Brasil (mar. de 1999 a dez. de 2002)	Atual presidente do Conselho de Administração da BMF & Bovespa. Sócio fundador da Gávea Investimentos (fundo que aplica recursos no setor). Anteriormente foi diretor Gerente da Soros Fund Management em Nova York, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, vice presidente da Salomon Brothers, em Nova York e economista chefe e gerente de operações do Banco Garantia.	Foi professor do curso de mestrado da Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Escola de Economia da FGV, da School of International Affairs da Universidade de Columbia e da Wharton School. Acionista da Cosan Limited, representado pelo Conselheiro Hélio Franca Filho.
Eduardo Pereira de Carvalho/ ETHBioenergia	Formado pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.	Ex-diretor da Cia. Vale do Rio Doce (1977-79), ex-secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Secretário Geral no Ministério da Fazenda de 1980-81 e substituto do Ministro da Fazenda. Foi Presidente do BANESPA	Foi Coordenador da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda de 1970-74, Diretor Financeiro da SAFRON TEJIN S/A – Indústria Brasileira de Fibras.	Professor Catedrático da mesma Escola em que se graduou. Foi Presidente da UNICA entre 2000 e 2007. É o atual Presidente da PREVER – Previdência Privada (Bancos Banerindus e Unibanco). Conselheiro da ETHBioenergia até 2010.
Henri Philippe Reichstal/ Brenco	Graduou-se em Economia e Administração de Empresas na USP. Curso pós-graduação em HertfordCollege, na Oxford University	Ex-Presidente da Petrobrás e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Trabalhou no Ministério do Planejamento com João Sayad.	Ex-Diretor Vice-Presidente Executivo do Inter American Express Bank S/A. Ao lado de Sayad e Francisco Vidal Luna fundou o Banco SRL, depois comprado pelo grupo American Express.	Conselheiro, CEO e sócio fundador da Brenco. Atuou também como membro do Conselho de Administração da Eletrobrás, do BNDES, da Caixa Econômica Federal, da Globopar. Membro do Conselho de Administração da Ashmore Energy International, da Repsol-YPF, da PSA-PeugeotCitroen, do Conselho Consultivo da Lhoist do Brasil.

<p>Humberto Casagrande/ Terra Viva</p>	<p>Engenheiro de Produção pela UFSCar. Mestre em Administração de Empresas pela PUC-SP.</p>	<p>Ex-Secretário adjunto da SEST/SEPLAN na gestão do Ministro João Sayad</p>	<p>Ex-Diretor dos Bancos Citibank, Sudameris, Creditbanc.</p>	<p>Ex-Presidente da APMEC nacional (2001-4), ex-conselheiro da Bovespa, professor de mercado de capitais com diversos livros publicados.</p>
<p>Maisson Ferreira da Nobrega/ Cosan</p>	<p>Graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul (1963) e pós-graduado em Administração Pública pela Deutsche Stiftung für Entwicklungstandar – Berlin (1965) e Administração de Empresas pela Pittsburgh University & Carnegie Tech – Carnegie Institute of Technology (1966).</p>	<p>Ministro da Fazenda entre 1988-90. Carreira no Banco do Brasil e no setor público. Consultor técnico e chefe do departamento de análises de projetos do Banco do Brasil; coordenador chefe de Assuntos Econômicos do Ministério da Indústria e Comércio e Secretário Geral do Ministério da Fazenda.</p>	<p>Diretor Presidente do Banco Europeu Brasileiro (Eurobraz) em Londres.</p>	<p>Conselheiro da Cosan e Cosan Limited, desde 2007. Foi membro do Conselho de Administração das Seguradoras: Abyara Planejamento Imobiliário, CSU Carsystem S/A., Grendene S/A., Portobello S/A., Rodobens Negócios Imobiliários S/A., TIM Participações S/A. e Veracel Celulose S/A.</p>
<p>Marcus Vinicius Praini de Moraes/ Cosan</p>	<p>Graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul (1963) e pós-graduado em Administração Pública pela Deutsche Stiftung für Entwicklungstandar – Berlin (1965) e Administração de Empresas pela Pittsburgh University & Carnegie Tech – Carnegie Institute of Technology (1966).</p>	<p>Ministro Interino do Planejamento e Coordenação Geral (1968-69), Ministro da Indústria e do Comércio (1970-74), Ministro da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (1999-2002), Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul (1982-86).</p>	<p>Membro do Conselho da FIC – International Finance Corporation</p>	<p>Membro do Conselho de Administração da Cosan desde 2005. Foi fundador da FUNCEX (1976-85), Presidente do Conselho Consultivo do Center of Brazilian Studies (School of Advanced Studies/John Hopkins University, entre 1977-81), Presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil – AEB (1998-99), membro do Conselho de Supervisão do Banco ABN-AMRO – Amsterdã (2003), membro do Conselho Consultivo da BM&F (2003), Presidente do Conselho da ABHEC (2003), membro do Conselho Empresarial Brasil-China (2004), Presidente do Conselho Empresarial Brasil-Rússia (2004), membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (2005-07) e Vice-Presidente do Serviço de Informação da Carne-SIC (2005).</p>

<p>Pedro Pulen Parenté/ BUNGE</p>	<p>Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília</p>	<p>Funcionário de carreira do Banco Central, onde se aposentou em 2010. Ex-Ministro (1999-2002), coordenador da equipe de transição do Governo FHC para o Governo Lula.</p>	<p>Foi consultor do Fundo Monetário Internacional e de instituições públicas no país, incluindo Secretarias de Estado e a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, tendo atuado em diversos cargos na área econômica do governo federal.</p>	<p>Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia de 2001-02. No período de 2003 a 2009 foi Vice-Presidente Executivo do Grupo RBS. Presidente e CEO da BUNGE Brasil desde janeiro de 2010. Atualmente é membro dos conselhos da AMCHAM Brasil, RBS, FNO e da BM&FBOVESPA.</p>
<p>Roberto Rodrigues/ AGROERG</p>	<p>Formou-se em Engenharia Agrônômica com aperfeiçoamento em administração rural pela Escola Superior de Agricultura da USP em 1965.</p>	<p>Ministro da Agricultura (2003-06).</p>	<p>Ex-Conselheiro da BM&FBOVESPA.</p>	<p>Produtor e fornecedor de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Professor Emérito do Depto. De Economia Rural da Unesp de Jaboticabal. Professor da FGV-SP. É membro dos Conselhos da Fundação de Estudos Agrários "Luiz de Queiroz" (FEALQ), da Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV) e da Fundação Bunge. Ex-Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e membro do Comitê Empresarial de Comércio Exterior do Itamaraty, além de participar de vários conselhos ligados ao agronegócio no Brasil como o Conselho Nacional do Agronegócio do Ministério da Agricultura. Ex-Presidente da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas.</p>
<p>Sergio Thompson Flores/ Infinity Bio Energy</p>	<p>Bacharel e mestre em Relações Internacionais pelo Instituto Rio Branco.</p>	<p>Foi diplomata no Serviço Exterior Brasileiro, em um posto Senior no Ministério da Fazenda. Foi Diretor do Finep, com atividades em gestão de fundos financeiros e financiamento de projetos.</p>	<p>Entre 1996-2006 dirigiu a Worldinvest, assessoria financeira e de desenvolvimento de negócios no Brasil, da qual foi o principal sócio e fundador.</p>	<p>Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Infinity Bio Energy desde março de 2006.</p>

FONTE: TEIXEIRA (2013).

O COMPROMISSO NACIONAL NA PRÁTICA, NOVOS EMBATES E RECONFIGURAÇÕES DA REDE DE PODER NO AGRONEGÓCIO SUCROALCOOLEIRO

A solenidade de entrega dos selos às empresas certificadas, em 2012, foi um momento ímpar para perceber a forma como as disputas eram encaradas pelas distintas representações. Antônio Lucas, representante da Contag, afirmou durante a solenidade: “queremos retomar aquela pauta inicial que não foi negociada” (TEIXEIRA, 2013). Tal afirmação se soma às críticas tecidas por Êlio Neves sobre a determinação dos participantes da Mesa e dos pontos a serem negociados. Mesmo que tenham participado, grande parte das reivindicações dos trabalhadores ficou fora da agenda a ser cumprida no Compromisso Nacional, ao passo que outra parcela foi acatada e cumprida à duras penas. Outro aspecto relevante foi a marginalização do Judiciário, que acabou perdendo protagonismo na atribuição da conformidade trabalhista às empresas nacionais. Para o Procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT) de Araraquara, Rafael Gomes,

mesmo as piores usinas do país, flagradas cometendo ilícitos graves (inclusive trabalho escravo), eram signatárias desse Compromisso [...]. Parece agora claro, também, que o principal interesse em torno do acordo estava na concessão de um selo governamental às usinas, destinado a facilitar as exportações (*Repórter Brasil*, 19 jul 2013).

Para o MPT o conflito com o governo federal dava-se porque os critérios de certificação das empresas socialmente “responsáveis desconsideravam os diversos litígios e condenações feitas pelo judiciário. Na prática, a certificação das empresas via governo federal contornava o cumprimento da legislação vigente. O MPT chegou a entrar com uma ação civil pública questionando a concessão de selos de conformidade

13 Goiás assistiu um caso em que um juiz deu causa ganha à empresa acusada pelo não cumprimento da legislação trabalhista. Em seu argumento, as alegações “não cabiam”, posto que a empresa “já era atestada” como “empresa exemplar” pelo Compromisso Nacional. O juiz “sensibilizou-se com a alegação de que a empresa já havia sido submetida a auditoria, que não localizou quaisquer problemas trabalhistas, e deferiu a liminar pedida pela empresa, suspendendo a decisão anterior” (MINISTÉRIO PÚBLICO DE ARARAQUARA, 2012, p. 28).

14 Para lista completa das empresas de auditoria, ver nota 4.

trabalhistas para usinas flagradas cometendo ilícitos graves em relação às normas trabalhistas. Cabe destacar que o forte protagonismo da Justiça do Trabalho no que diz respeito às mobilizações e formas de luta dos trabalhadores é assunto polêmico no sindicalismo rural paulista. A Feraesp, por exemplo, nasceu desferindo fortes críticas à Justiça do Trabalho, principalmente pela convivência que mantinha à época, com o patronato.¹³

Contudo, considerando que a atuação via Justiça do Trabalho ainda é um dos principais repertórios acionados por diversos grupos sociais políticos para a resolução de conflitos trabalhistas na cana-de-açúcar, a criação de arenas como o Compromisso Nacional figura como nova forma de mediação e resolução dos conflitos sociais, em que novos e antigos atores se reequilibram e se repositionam nos espaços de decisão e de poder. Para esse contorno às vias usuais de resolução dos dilemas trabalhistas, parece-me significativo a disposição do governo federal em fazer do setor sucroalcooleiro um dos carros-chefes da política econômica nacional, tarefa que seria dificultada se se optasse por manter as mediações usuais (Justiça do Trabalho, Ministério Público, etc.).

No que diz respeito à fiscalização dos pontos pactuados no Compromisso Nacional, observou-se desde fraudes até a coação de trabalhadores por parte das empresas responsáveis pela auditoria.¹⁴ Quando analisados os currículos dos auditores ou responsáveis pela auditoria das empresas sucroalcooleiras, explicitam-se vínculos profissionais e fraternais que se estabeleceram entre fiscais e grupos fiscalizados (Quadro 2).

Quadro 2 - Trânsito de profissionais entre grupos empresariais sucroalcooleiros e empresas auditoras¹⁵

Empresa Auditoria	Alguns profissionais que transitaram
KPMG	<p>- Maria foi consultora da KPMG entre 2007 e 2008, sendo no mesmo ano contratada como coordenadora do setor fiscal da ETH Bioenergia (Odebrecht).</p> <p>- Jorge trabalhou na Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A. entre 2004 e 2006. Entre 2007 e 2009 trabalhou na Nardini Agroindustrial Açúcar e Álcool. Entre 2009 e 2011 foi auditor externo da KPMG.</p> <p>- Marcelo foi auditor da KPMG de 1996 a 2003, tornando-se Gerente Corporativo de Custos e Orçamento no Grupo Farias entre 2006 e 2007. Foi também Gerente Administrativo e Financeiro do Grupo Equipav entre 2007 e 2009.</p> <p>- Alexandre foi Gerente de Auditoria da KPMG entre 2011 e 2012, sendo anteriormente Supervisor Contábil e Fiscal na Paraíso Bioenergia (2010-11) e Controllet na Gaia Energia e Participações (Bertin Energia), entre 2006 e 2010.</p>
DelloittTouche	O atual Auditor Assistente (2013), Rubens, foi estagiário da Clealco em 2011.
Ernst e Young	Carlos foi sênior de Auditoria da Ernst e Young entre 2005 e 2008, tornando-se Gerente de Auditoria da mesma empresa entre 2008 e 2010. Entre 2010 e 2011 tornou-se gerente da KPMG no atendimento a clientes no ramo de açúcar, álcool e agronegócio. A partir de 2011 até os dias atuais tornou-se Analista sênior do Grupo São Martinho.

Fonte: Teixeira (2013).

Diversos auditores fiscais mantinham vínculos com as usinas fiscalizadas no interior paulista. Alguns chegaram a ser contratados posteriormente pelas usinas que fiscalizaram, ou mesmo fizeram carreira em algumas delas antes de tornarem-se auditores. O forte trânsito de profissionais entre essas empresas revela, assim, as redes de amizade, conhecimento e favorecimento que, no limite, deram suporte às relações de fraude observadas pelo MPT, como a coação de trabalhadores para que omitissem casos de maus tratos, preenchimento fraudulento do relatório de fiscalização, etc. As empresas de auditoria/fiscalização também mantinham contratos de assessoria financeira e/ou contábil com

15 Os nomes foram trocados a fim de preservar a identidade dos funcionários.

centenas de usinas sucroalcooleiras do país, algumas inclusive fiscalizadas pelo Compromisso Nacional. Vistas como clientes ou como possibilidade futura de emprego pelos auditores, as usinas gozaram de um processo singular de certificação e fiscalização das condições de trabalho em seus domínios (TEIXEIRA, 2013).

Muitas lideranças sindicais entrevistadas apresentavam pouco conhecimento sobre o acordo ou repudiavam-no em algum grau. Das sete usinas avaliadas em trabalho de campo, todas portavam irregularidades graves no cumprimento dos pontos pactuados e, em seis delas, o processo de auditoria não tinha sido objeto de conhecimento dos sindicatos da região,¹⁶ muito em função da omissão da própria usina. Algumas lideranças sindicais que buscaram informações por conta própria chegaram a ser impedidas de acompanhar a auditoria, contrariando um dos pontos acordados no pacto tripartite, o que nos mostra que para além dos acordos em âmbito nacional, no âmbito local parecem prevalecer práticas patronais de negação da organização dos trabalhadores.

Vemos que é mais proveitoso pensar os espaços participativos em termos da coexistência de práticas distintas, em que à ampliação democrática de arenas deliberativas sobrepõem-se práticas personalistas e clientelistas. A compreensão de que espaços participativos representam uma reivindicação de diversos segmentos sociais, além de uma tentativa de se contrapor às práticas políticas tradicionais, baseadas no mandonismo, no favorecimento privado, não impede o reconhecimento da persistência de tais repertórios no seu interior.

De um lado, os projetos – aqueles não conservadores – são formulados precisamente para confrontar e modificar elementos presentes nessas histórias e contextos. Por outro lado, esses projetos e as práticas por eles orientadas, não estão, evidentemente, imunes a esses mesmos traços, característicos das matrizes culturais vigentes na América Latina (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006; 44).

16 São elas Usina Santa Fé, São José da Estívia, Santa Cruz, Raízen Araquara, Raízen Ibaté, Maloso e Ipiranga.

A contribuição de pensar o acordo da cana-de-açúcar em termos dessa coexistência entre culturas políticas mais privatistas e outras mais democráticas, permite-nos compreender a manutenção de relações baseadas no favorecimento pessoal, na negação do outro e de seus direitos mesmo numa arena que se propõe mais democrática e transparente.

Outro conceito que me parece importante na compreensão do Compromisso Nacional é o de “confluência perversa” (DAGNINO, 2004). Para a autora, a “perversidade” de algumas confluências reside no fato de que apontando em direções distintas e até mesmo antagônicas, diferentes projetos políticos acabam por se utilizar de um discurso semelhante e de palavras em comum. A “humanização do trabalho”, no caso do setor canavieiro, é um forte exemplo. Citada por todos, era dotada de um significado muito peculiar, a depender de seu porta-voz. Para os setores de esquerda do governo, era vista como possibilidade de enquadrar o patronato no cumprimento de bandeiras sindicais e trabalhistas até então não cumpridas (HENRIQUE, 2013). Para o patronato, por outro lado, significava criação de regulamentos não vinculativos que atestassem a conformidade da produção de etanol, mesmo diante de uma diversidade de conflitos e litígios judiciais. Significava também a vontade patronal de regulamentação pontual e específica das relações trabalhistas, enquanto que para os setores sindicais rurais paulistas o “aperfeiçoamento” do trabalho significava a conquista de ganhos concretos e imediatos, muitos já reivindicados há décadas, mas poucas vezes cumpridos.

O QUE SOBRA PARA OS TRABALHADORES RURAIS?

Não podemos negar que pela primeira vez os trabalhadores rurais foram reconhecidos como interlocutores legítimos, ao ponto de sentarem à mesa e negociarem com ministros, empresários e com a própria Presidência da República. Levando em conta que até meados de 2003a própria Feraesp não era reconhecida nem pelos empresários, nem pela Justiça do Trabalho, tal momento

parece coroar uma trajetória de organização e atuação política dos trabalhadores rurais paulistas. Vimos também que, ainda que tenha havido burlas, fraudes e pressões no sentido contrário, o Compromisso Nacional tem como uma das suas motivações a mobilização dos trabalhadores rurais e de diversos segmentos da sociedade civil. No entanto, vimos ainda que vários foram os casos de intervenção patronal nos destinos do acordo sobre as condições de trabalho. Por outro lado, em algumas bases municipais, sindicalistas e representantes dos canavieiros pouco sabiam do conteúdo ou de como se utilizar do Compromisso Nacional para reivindicar melhoras substantivas nas condições de trabalho.

Para Dagnino e Tatagiba (2010), buscar a interferência no jogo político através da representação em arenas participativas pode significar a utilização de energia e de quadros políticos importantes na ação institucional, em detrimento de maior proximidade com as bases e da manutenção da organicidade do próprio movimento social. Miguel (2010) também sugere que para que a representação figure como exercício de poder, deve haver um fluxo simétrico entre as demandas das bases e o esforço dos seus representantes. Dito de outra forma, um dos desafios da representação institucional de atores políticos subalternos está em fazer da representação um mecanismo capaz de intensificar e garantir um diálogo mais efetivo entre representantes e representados. Se feito de outra maneira, a representação poderia ser vista como delegação, significando um afastamento das bases sociais de apoio e a perda do poder de mobilização, ou seja, de poder político. A relação base-representante, nos termos acima descritos, poderiam nos ajudar a compreender os desafios a serem enfrentados pelo movimento sindical rural paulista?

Outro autor que também traz provocações interessantes para se pensar os desafios da participação institucional é Claus Offe (1989), que afirma que a participação em arenas tripartites impacta de formas diferentes representantes do capital e dos trabalhadores. Isso se dá porque os interesses dos atores vinculados à acumulação

capitalista já estão parcialmente dados de antemão, a saber, o lucro e a manutenção de condições propícias à continuidade da acumulação. Uma entidade representativa de empresas individuais, como a UNICA, não gera um poder que elas já não tenham e nem formula objetivos que não derivem diretamente daqueles que já são definidos – e conscientemente perseguidos – ao nível das empresas individuais participantes (OFFE, 1989, p. 258). Por outro lado, para os trabalhadores, a participação institucional só consiste em avanço caso estejam em condições de atuar coletivamente, formulando e impondo suas pautas ao outro par da relação.

Atualmente o conjunto dos acordos entre trabalhadores e patrões parece ter perdido a validade (*Repórter Brasil*, 19 jul 2013). Contudo, ainda são prenhes de significados se quisermos refletir sobre a natureza e a realidade dos conflitos que ainda permanecem na cana-de-açúcar, num momento de grande transformação na forma de ser e produzir dos principais empreendimentos sucroalcooleiros. Os eventos brevemente apresentados revelam a diversidade de projetos políticos para a atividade canvieira. Empresários, sindicalistas e outros representantes políticos se lançam na tarefa de disputar a forma e o conteúdo das políticas públicas destinadas para o setor, nesse caso, através do Compromisso Nacional.

ALGUMAS CONCLUSÕES...

Uma primeira conclusão é que o espaço que se propunha deliberativo, em sua realidade, não o foi. O conjunto de atores políticos envolvidos nas negociações do Compromisso Nacional, principalmente as representações dos trabalhadores rurais, alterou pouco o curso de decisões já tomadas em outros espaços. Como vimos, grande parte das pautas já tinha sido acordada anteriormente no interior do CDES.

Outro aspecto diz respeito à forte reorganização política do patronato dentro do Estado, principalmente dentro de bancos

públicos e empresas relacionadas com a normatização e logística do etanol. Nomes de peso do empresariado passam a representar as novas empresas do setor sucroenergético. No caso do acordo aqui analisado, a determinação dos participantes parece ter jogado um papel importante na definição do conteúdo a ser pactuado.

A despeito do que afirmam os principais idealizadores do Compromisso Nacional, a política participativa da cana-de-açúcar mostrou pouco de cooperação, como deixam transparecer os casos relatados de realocação da rede de poder, de exclusão de participantes do processo deliberativo, de disputa pelo conteúdo do acordo, os casos de fraudes nas fiscalizações e as impossibilidades sindicais de fiscalizar o cumprimento daquilo pactuado. A qualidade da participação, nesse caso, clama por uma síntese dialética: a persistência dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez despontam como legítimos interlocutores na deliberação sobre suas próprias condições de trabalho, se sobrepõe à continuidade dos conflitos e da permanência de práticas excludentes e pouco democráticas por parte dos setores patronais e estatais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO E CERTIFICAÇÕES, sobre o trabalho na cana perdem a validade. *Repórter Brasil*, São Paulo, 19 jul 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/07/acordo-e-certificacoes-sobre-trabalho-na-cana-perdem-validade/>>. Acessado em: agosto de 2013.

BNDES. *O perfil do apoio do BNDES ao setor sucroalcooleiro*. Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-36, set., 2008. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>. Acessado em: 13 abr. 2011.

BRASIL. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de Atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2007*. Brasília, 2007. Disponível <www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html>. Acesso em: 29 jan. 2013.

BRASIL. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.. *Relatório de Atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2008*. Brasília, 2008. Disponível em: <www.cdes.gov.br/conteudo/888/relatorios-anuais-de-atividades-.html>. Acesso em: 29 jan. 2013.

CUT. Projeto CUT/Contag. *Plataforma para o desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil*. São Paulo, 2000.

DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. *Movimentos Sociais e participação institucional: repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção da democracia brasileira*. 2010 (mimeo).

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON (ed.) *La cultura enlacrisis latino-americana*. Clacso: Buenos Aires, 2004.

FERRANTE, V. *A Chama verde dos Canaviais: uma história de luta dos boias-frias*. Araraquara, 1992. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade do Estado de São Paulo (UNESP).

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 2ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

HENRIQUE, A. Um olhar dos trabalhadores: um balanço positivo, uma disputa cotidiana e muitos desafios pela frente. In: SADER (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

ALY JR., Osvaldo. Entrevistador: G. S. Teixeira. São Paulo, 4 de junho de 2013. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa de Doutorado.

LAMBERTUCCI, A. *Mesa Nacional de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar: um espaço de participação*. Trabalho de Especialização em Formação de Conselheiros Nacionais. Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília, 2010.

MADUREIRA, R. *Folha de São Paulo*, Ribeirão Preto, SP, 16 set.

2008. Mercado. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1609200841.htm>>. Acesso em: out. 2012.

MIGUEL, L. *A representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy*. 2010. (mimeo).

MILANO, M.; PERA, J. Entrevista com Élio Neves. *Revista REED*, v.2, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/2195/1803>>. Acesso em: maio 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DE ARARAQUARA. *Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela*. Usina Ipiranga. 2012.

OFFE, C. *Capitalismo Desorganizado: Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PARA USINEIROS, problemas são isolados. *Folha de São Paulo* (sucursal Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, 27 ago. 2008. Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2708200823.htm>>. Acesso em: out 2012.

PASTORE, J. *Perseguição e combate à livre negociação. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28.08.2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,perseguiacao-e-combate-a-livre-negociacao-imp-,922585>>. Acesso em maio de 2014.

PRESIDENTE antecipa acordo com usineiros. *Valor Econômico*, São Paulo, 16 jun. 2009. Brasil. Disponível em: <www.jornaldacana.com.br/Jornal-Cana/30711+Presidente-antecipa-acordo-com-usineiros>. Acesso em: nov 2012.

RODRIGUES, L. Compromisso para gringo ver: Denúncias trabalhistas atingem um terço das usinas de cana com selo de empresa responsável. *O Globo*, São Paulo, 21 jul. 2012. Economia. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/compromisso-para-gringo-ver-5549753>>. Acesso em: nov 2012.

TEIXEIRA, G da S. *Trabalho, tripartismo e processos sociais: contribuições sobre o Compromisso Nacional da Cana de Açúcar*. Dissertação (Mestrado). 2013. Programa de Pós Graduação em

Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. CPDA/UFRRJ.
TRABALHADORES pediam alimentação, mas levaram só
marmíta térmica. *O Globo*, 26 jun. 2009.

GABRIEL DA SILVA TEIXEIRA - Doutorando pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de
Campinas (Unicamp) e Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ.
<dasilva.gp@gmail.com>.